Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

CNPJ/MF nº 48.540.421/0001-31

Relatório da Administração

Senhores acionistas

A Administração da Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng ou Companhia) submete à apreciação dos acionistas e ao público em geral, o Relatório de Administração, acompanhado pelas Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Os valores monetários, exceto quando indicado o contrário, estão expressos em milhares de reais.

Apresentação

A Serveng atua como uma companhia de capital nacional fechado, atuando principalmente no segmento de construção pesada, destacando-se principalmente: (**i**) Construção Civil – segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e imobiliária; (**ii**) Mineração – produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; (**iii**) Dragagem; e (**iv**) Concessão de Serviços Públicos – principalmente na administração e exploração de rodovias e geração de energia, incluindo energia eólica.

Os principais investimentos mantidos pela Companhia em empresas controladas integralmente ou em conjunto são: (**i**) Corumbá Concessões S.A. – concessão de serviços públicos na geração de energia; (**ii**) Santa Cruz Rodovias S.A. – concessão de serviços públicos na exploração de rodovias; (**iii**) União dos Ventos Geradora Eólica S.A. – concessão de serviços públicos na geração de energia eólica; (**iv**) Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A. – concessão de serviços públicos na geração de energia eólica; e (**v**) Dragaport Engenharia Ltda. – serviços de dragagem.

Entre os diversos projetos executados no decorrer de 2010 pela Companhia, individualmente ou em parceria com empresas consorciadas, destacaram-se: (**i**) ***Implantação do Complexo Anhanguera, SP*** – inaugurado em 2010, compreendeu a implantação de vias marginais e faixas adicionais, incluindo 8 obras de arte especiais entre os km 13 e km 19; (**ii**) ***Jacu Pêssego – Lote 1, SP*** – inaugurado em 2010 compreendeu a duplicação da Avenida Papa João XXIII em Mauá até a interseção com o Rodoanel Mário Covas, compreendendo também a ligação da Avenida Jacu Pêssego, em São Paulo, com a Avenida dos Estados; (**iii**) ***Obra Rodoanel – Lote 4 – Sul, SP*** – inaugurado em 2010, este projeto compreendeu a construção do Trecho Sul do Rodoanel Mario Covas entre a BR116 Régis Bittencourt e o acesso à Avenida Papa João XXIII no município de Mauá; (**iv**) ***Transposição do Rio São Francisco – Lotes 1, 2 e 7, PE*** – consiste na execução de obras civis, instalação e montagem de equipamentos mecânicos e elétricos para implantação dos Lotes 1 e 2 da 1ª etapa do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; (**v**) ***Porto de Itajaí, SC*** – obras de recuperação dos Berços I, II e III; **(vi)** ***Estações de Tratamentos de Esgoto Guarulhos, SP –*** implantação de sistemas de tratamento de esgotos nos distritos de Bonsucesso e São João, em Guarulhos; e (**vii**) ***Rodovia DF 085 –*** obras de adequação viária da Rodovia DF 085 localizada no Distrito Federal entre o início da rodovia e o km 13.

A Companhia visando aumentar e expandir sua área de atuação irá, a partir de 2010, participar com maior empenho de licitações de novas concessões e Parcerias Público-Privadas, conquistando novos clientes públicos e privados.

Ambiente econômico

O ano de 2010 foi marcado pelo significativo crescimento da economia brasileira, que apresentou uma expansão de 7,5% no PIB em 2010 (recuo do PIB de 0,6% em 2009), estando situada no rol das economias que apresentaram as maiores taxas de crescimento econômico.

A melhora do PIB em 2010 fez a taxa de desemprego cair para apenas 6,7% e, o investimento em capacidade da indústria, medido pela formação bruta de capital fixo, aumentou 21,8%.

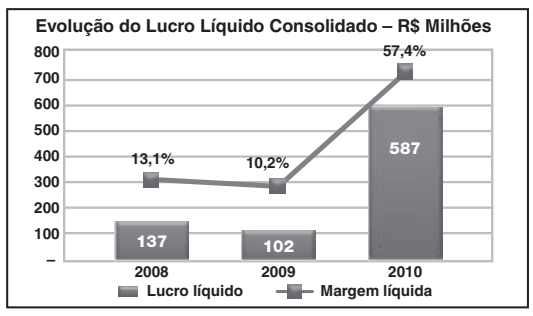
A variação do PIB do Setor de Construção, principal segmento que atuamos, foi de 11,7% em 2010, refletindo-se na melhora dos nossos principais indicadores de desempenho econômico-financeiros, como pode ser observada no decorrer deste relatório.

Desempenho econômico-financeiro

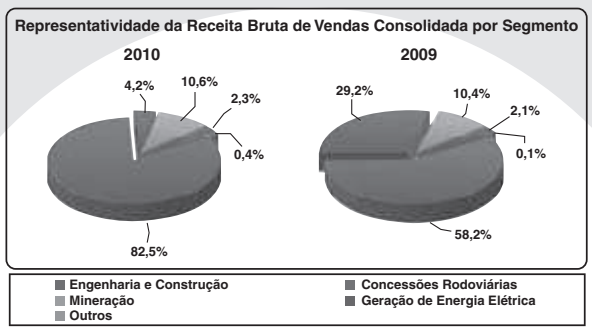
A Companhia obteve em 2010 um Lucro Líquido Consolidado de R$ 586.698 (R$ 102.175 em 2009), representando aumento de 474,2% em relação ao ano anterior, impactando positivamente no retorno sobre o patrimônio líquido, que atingiu 42,6% (retorno de 8,6% em 2009).

O Lucro Líquido Consolidado de 2010 foi impactado positivamente pelos seguintes fatores: (**i**) Lucro Bruto de R$ 226.607, representando uma contribuição de 24,2% sobre a receita líquida de vendas; (**ii**) Receita oriunda da mensuração de determinados ativos ao valor justo na rubrica "Outras receitas operacionais" totalizando R$ 576.812; e (**iii**) Contrabalanceando esses aumentos, houve incremento de 145,6% nas despesas com imposto de renda e contribuição social, totalizando R$ 142.842 (R$ 58.171 em 2009).

O EBITDA Consolidado, o qual não considera o ganho com valor justo de determinados ativos, totalizou R$ 136.139 em 2010, representando 14,5% da receita operacional líquida.



Na formação da receita operacional bruta consolidada obtida pela Companhia em 2010 no montante de R$ 1.022.463 (R$ 993.484 em 2009), ressalta-se o seguinte: **(i)** Crescimento de 46,0% na Receita de Engenharia e Construção, que passou de R$ 577.849 em 2009 para R$ 843.619 em 2010; **(ii)** Crescimento de 4,9% na Receita de Mineração, que passou de R$ 102.880 em 2009 para R$ 107.961 em 2010, com a comercialização de aproximadamente 2.142.000 toneladas de britas (2.558.000 em 2009), 320.000 toneladas de massa asfáltica em 2010 (237.000 em 2009) e 112.000 toneladas de concreto em 2010 (38.000 toneladas em 2009).



A tabela a seguir demonstra de forma resumida os principais números de 2010 e sua evolução em comparação ao exercício anterior.

Evolução da Receita Bruta de Vendas Consolidada por Segmento de Negócio

	em 2010		em 2009		
Segmento de negócio	**R$ Mil**	**AV%**	**R$ Mil**	**AV%**	**AH%**
Engenharia e Construção	843.619	82,5	577.849	58,2	46,0
Mineração	107.961	10,6	102.880	10,4	4,9
Concessão de Rodovias e Ponte	42.553	4,2	290.461	29,2	(85,3)
Geração de Energia Elétrica	23.017	2,3	20.850	2,1	10,4
Outros	5.313	0,4	1.444	0,1	267,9
	1.022.463	100,0	993.484	100,0	2,9

Em relação ao desempenho econômico-financeiro da Controladora, o EBITDA ajustado atingiu R$ 112.729, representando 12,9% da receita operacional líquida (R$ 46.391 em 2009).

Recursos humanos

A Companhia encerrou o ano de 2010 com 2.552 colaboradores (3.649 colaboradores em 2009).

Perspectivas

O Brasil iniciou em 2010, o maior ciclo de grandes obras de infra-estrutura dos últimos 30 anos. Nos próximos 5 anos deverão ser investidos mais de R$ 800 bilhões de reais de recursos públicos e privados. Os maiores impulsionadores desses investimentos serão sem dúvida a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A Serveng vem se preparando para fazer parte deste desenvolvimento, quebrando paradigmas e buscando oportunidades de novos negócios nos mais diversos setores da infra-estrutura brasileira. Neste sentido, nossas estratégias estão direcionadas para crescer participação em nossos principais segmentos de atuação, principalmente nos segmentos de transportes (rodovias, ferrovias, metrôs e portos), saneamento básico, energia e mineração, bem como expandir nossa presença em diferentes regiões do País.

Segmento Engenharia

Devido a representatividade e grandeza dos projetos e para capturar maior participação de mercado, a estratégia da Serveng é potencializar a sua capacidade instalada, investindo em tecnologia e pessoas, bem como atuar de forma conjunta com parceiros que atendam critérios de complementaridade de serviços e de competências especificas.

Segmento Mineração

A Serveng já é uma das maiores empresas do País na comercialização de agregados e tem como estratégia manter seu crescimento por meio de implantação de novas unidades e conquista de novos mercados.

Segmento Energia

Por meio de sua área de Novos Negócios, a Serveng está envolvida no desenvolvimento de novos projetos de geração de energia. A estratégia da Serveng é aumentar significativamente sua capacidade de geração, e assim tornar-se um participante de destaque no setor. Neste sentido iremos atuar principalmente em projetos de geração de energia eólica.

A Administração da Companhia acredita que a estabilidade econômica brasileira no médio e longo prazo contribuirá para um ciclo virtuoso de crescimento, permitindo a ampliação dos nossos negócios no mercado interno, com solidez e aprimoramento de nossa tecnologia na prestação de serviços e comercialização de produtos.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais entidades envolvidas em nossos negócios, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos, sem os quais não conseguiríamos obter os resultados apresentados.

São Paulo, abril de 2011

Pelerson Soares Penido – Diretor Presidente

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 *(Em milhares de Reais)*

		Consolidado			Controladora		
Ativo	**Nota**	**2010**	**2009**	**01/01/09**	**2010**	**2009**	**01/01/09**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	141.983	165.895	191.854	124.444	66.019	18.081
Contas a receber de clientes	7	139.385	147.298	139.362	130.905	126.039	159.401
Participações em consórcios	8	–	–	–	10.829	4.977	5.433
Estoques	9	12.058	9.674	7.615	10.321	7.398	7.615
Precatórios a receber	10	–	45.879	44.529	–	45.879	44.529
Impostos a recuperar		8.855	7.766	13.027	4.189	2.160	4.790
Partes relacionadas	18	1.000	4.315	12.321	1.000	4.574	133
Pagamentos antecipados relativos à concessões	12	–	2.327	5.669	–	–	–
Despesas antecipadas		1.394	3.529	321	1.181	2.319	–
Outras contas a receber		8.440	3.303	18.115	6.485	1.785	3.614
		313.115	389.986	432.813	289.354	261.150	243.596
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Precatórios a receber	10	472.802	403.497	377.972	472.802	403.497	377.972
Imóveis a comercializar		3.905	2.688	2.211	1.755	1.755	2.008
Ativo fiscal diferido	11	14.666	29.922	81.813	14.666	15.110	29.930
Pagamentos antecipados relativos à concessões	12	–	69.719	172.151	–	–	–
Partes relacionadas	18	9.482	12.522	43.796	47.677	53.717	51.247
Despesas antecipadas		10	220	991	–	–	–
Outros créditos		48.706	49.644	34.017	875	1.947	603
		549.571	568.212	712.951	537.775	476.026	461.760
Investimentos	13	715.647	34	10.548	708.981	101.348	295.428
Propriedade para investimentos	14	15.284	3.161	2.891	15.284	3.161	2.891
Imobilizado	15	719.905	708.638	737.017	628.059	601.218	594.130
Intangível	16	48.131	227.647	823.073	37.768	48.532	117.327
		2.048.538	1.507.692	2.286.480	1.927.867	1.230.285	1.471.536
		2.361.653	1.897.678	2.719.293	2.217.221	1.491.435	1.715.132

		Consolidado			Controladora		
Passivo	**Nota**	**2010**	**2009**	**01/01/09**	**2010**	**2009**	**01/01/09**
Circulante							
Fornecedores e subempreiteiros		36.693	54.303	42.621	25.076	14.795	15.484
Debêntures, financiamentos e outros	17	11.569	36.201	302.914	4.791	–	–
Impostos e contribuições a recolher	19	23.310	32.227	33.469	20.036	21.015	22.516
Salários e férias a pagar		15.941	10.246	16.868	10.968	8.217	9.262
Dividendos a pagar		8.774	3.774	5.298	8.774	3.774	5.298
Imposto de renda e contribuição social		–	3.061	3.003	–	2.789	–
Provisão para manutenção relativos a concessões		17.782	16.786	16.884	–	–	–
Outras contas a pagar		30.414	30.091	23.468	7.971	12.275	3.588
		144.483	186.689	444.525	77.616	62.865	56.148
Não circulante							
Debêntures, financiamentos e outros	17	54.806	186.093	375.645	14.453	–	–
Impostos e contribuições sociais a recolher	19	20.970	22.364	89.198	20.229	21.698	33.109
Partes relacionadas	18	–	5.300	12.913	5.000	5.300	1.483
Provisão para contingências	20	12.663	14.288	13.894	11.777	12.064	12.268
Passivo fiscal diferido	11	385.826	299.704	359.143	385.826	281.071	280.778
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	13.455	–	–	–	–
Receita diferida		19.305	5.094	18.262	18.132	2.220	18.136
Outros passivos	21	59.384	76.616	106.825	19.972	20.038	20.837
		552.954	622.914	975.880	475.389	342.391	366.611
Patrimônio líquido	22						
Capital social		600.000	400.110	696.604	600.000	400.110	696.604
Reservas de lucros		724.615	344.995	253.223	724.615	344.995	253.223
Ajuste de avaliação patrimonial		339.601	341.074	342.546	339.601	341.074	342.546
		1.664.216	1.086.179	1.292.373	1.664.216	1.086.179	1.292.373
Participações de acionistas não controladores		–	1.896	6.515	–	–	–
		1.664.216	1.088.075	1.298.888	1.664.216	1.086.179	1.292.373
		2.361.653	1.897.678	2.719.293	2.217.221	1.491.435	1.715.132

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 *(Em milhares de Reais)*

		Reserva de lucros						
	Capital social	**Reserva Legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total Controladora**	**Participação de acionistas não controladores**	**Total Consolidado**
Saldos em 1º de janeiro de 2009	696.604	34.061	219.162	342.546	–	1.292.373	6.515	1.298.888
Redução do capital social decorrente de cisão parcial (Nota 2)	(296.494)	–	–	–	–	(296.494)	–	(296.494)
Transferência para lucros acumulados	–	–	(11.325)	–	11.325	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(11.325)	(11.325)	–	(11.325)
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	–	–	–	(1.472)	1.472	–	–	–
Outras movimentações	–	–	–	–	–	–	(4.619)	(4.619)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	101.625	101.625	–	101.625
Destinação do lucro líquido e lucros acumulados aprovada em AGO								
Reserva legal	–	6.488	–	–	(6.488)	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	123.263	–	(123.263)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009	400.110	40.549	331.100	341.074	(26.654)	1.086.179	1.896	1.088.075
Aumento de capital com reservas	199.890	(40.549)	(159.341)	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos (Nota 22.c)	–	–	(8.661)	–	–	(8.661)	–	(8.661)
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	–	–	–	(1.473)	1.473	–	–	–
Outras movimentações	–	–	–	–	–	–	(1.896)	(1.896)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	586.698	586.698	–	586.698
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO								
Reserva legal	–	28.076	–	–	(28.076)	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	533.441	–	(533.441)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	600.000	28.076	696.539	339.601	–	1.664.216	–	1.664.216

continua …

COLEÇÃO APLAUSO

Leia ou faça o download gratuito dos livros. Tudo grátis.

www.imprensaoficial.com.br/colecaoaplauso

10 anos imprensaoficial

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por AR Imprensa Oficial, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(em branco), OU=(em branco), OU=(em branco), CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

… continuação

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia – CNPJ/MF nº 48.540.421/0001-31

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Receita operacional bruta		1.022.463	993.484	951.580	680.949
Deduções					
Impostos sobre as vendas		(84.890)	(82.855)	(79.960)	(59.879)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos		(448)	(424)	(448)	(424)
		(85.338)	(83.279)	(80.408)	(60.303)
Receita operacional líquida		937.125	910.205	871.172	620.646
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(710.518)	(668.593)	(666.838)	(512.335)
Lucro bruto		226.607	241.612	204.334	108.311
(Despesas)outras receitas operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	24	(133.589)	(98.048)	(129.512)	(82.304)
Despesas financeiras		(17.810)	(60.463)	(7.950)	(6.486)
Receitas financeiras		61.341	74.884	64.390	52.694
Outras receitas (despesas) operac., líquidas	25	592.991	2.361	593.604	6.517
		502.933	(81.266)	520.532	(29.579)
Participação em empresas controladas					
Resultado de equivalência patrimonial	13	–	–	3.709	53.137
		–	–	3.709	53.137
Lucro antes da participação de minoritários, imposto de renda e contribuição social		729.540	160.346	728.575	131.869
Imposto de renda e contrib. social – corrente	11	(37.368)	(44.911)	(36.679)	(15.131)
Imposto de renda e contrib. social – diferido	11	(105.474)	(13.260)	(105.198)	(15.113)
Lucro líquido do exercício		586.698	102.175	586.698	101.625
Lucro atribuível a acionistas não controladores		–	(550)	–	–
Lucro atribuível a acionistas controladores		586.698	101.625	586.698	101.625

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 *(Em milhares de Reais)*

	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	729.540	160.346	728.575	131.869
Ajustes p/ concil. o lucro ao caixa oriundo das ativ. operacionais:				
Constit. (reversão) prov. p/perdas com estoques, precatórios e outros	19.040	(31.601)	15.137	(21.313)
Juros e variações monetárias	5.800	4.846	(4.086)	(8.422)
(Reversão) constituição provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber	(12.335)	430	(12.372)	1.896
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber	(33.658)	(21.602)	(33.658)	(21.602)
Descontos obtidos sobre tributos parcelados	–	(10.363)	–	(6.538)
Depreciação e amortização	26.942	47.403	21.603	14.669
Constituição (reversão) de provisão para contingências	3.190	2.255	(3.063)	(840)
Custo residual do ativo imobilizado baixado	3.252	1.029	253	1.029
Resultado líquido por ganho de capital em controlada	–	–	–	1.813
Ganho na variação do valor justo de investimentos	(576.812)	(270)	(576.812)	(270)
Equivalência patrimonial	–	–	(3.709)	(53.137)
	164.959	152.473	131.868	39.154
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) em contas a receber	15.600	(22.152)	12.162	39.888
Redução (aumento) nos estoques	(3.234)	(2.072)	(3.773)	217
Redução em precatórios a receber	10.232	10.411	10.232	10.411
Redução (aumento) nos impostos a recuperar	(3.127)	121	(2.029)	2.630
Redução (aumento) de partes relacionadas – ativo	3.040	29.545	6.614	(3.946)
Redução de pagamentos antecipados de concessões	–	101.281	–	–
Redução (aumento) de participações em consórcios	–	–	(5.713)	535
Aumento de outras contas a receber	(5.992)	(9.249)	(2.490)	(1.834)
Redução (aumento) de imóveis a comercializar	(1.217)	(477)	–	253
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(4.874)	(3.103)	2.776	636
Aumento (redução) em fornecedores	(8.916)	(10.099)	10.281	(689)
Aumento (redução) de impostos e encargos sociais a recolher	(901)	(82.393)	303	(7.419)
Aumento (redução) de receita diferida	(338)	2.651	1.363	(15.916)
Aumento (redução) de partes relacionadas - passivo	(5.300)	(7.739)	(300)	3.817
Imposto de renda e contribuição social pagos	(40.157)	(27.335)	(39.467)	(12.342)
Efeito decorrente de perda de controle acionário em investimentos	39.087	68.539	–	476
Aumento (redução) em contas a pagar	(2.753)	(36.625)	(5.571)	6.148
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	156.109	163.777	116.256	62.019
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(48.412)	(31.818)	(48.163)	(22.270)
Aumento de participação em controladas e SCPs	(7.250)	–	(6.694)	(12.799)
Aumento de propriedade para investimentos	(7.725)	–	(7.725)	–
Recebimentos de dividendos de controladas	–	–	–	35.783
Efeito da perda de controle acionário em investimentos	65.998	623.349	–	296.018
Aumento do ativo intangível	(15.356)	(5.644)	(10.262)	(1.470)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimento	(12.745)	585.887	(72.844)	295.262
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Redução de capital por cisão (nota 2)	–	(296.494)	–	(296.494)
Redução de participações minoritários	–	(5.169)	–	–
Empréstimos tomados	22.422	176.414	22.422	–
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros	(11.849)	(161.373)	(3.748)	–
Efeito da perda de controle acionário em investimentos	(174.188)	(476.152)	–	–
Pagamento de dividendos	(3.661)	(12.849)	(3.661)	(12.849)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento	(167.276)	(775.623)	15.013	(309.343)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(23.912)	(25.959)	58.425	47.938
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	165.895	191.854	66.019	18.081
No fim do exercício	141.983	165.895	124.444	66.019
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(23.912)	(25.959)	58.425	47.938

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional – A Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Companhia ou Serveng) atua no segmento de construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplenagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais, barragens, edificações, empreendimentos imobiliários, túneis, pontes, viadutos, armação e operação de embarcações destinadas à execução das obras, exploração de pedreiras. As controladas têm por objeto atividades em linha com as áreas de atuação da Companhia, em especial serviços de dragagem, concessão de serviços públicos (administração e exploração de rodovias, ponte e metrô) e geração de energia, incluindo energia eólica.

2. Reorganização societária – A Companhia concluiu em 2009 o processo de reorganização societária iniciado em 2008, que teve por objeto a transferência de participações entre diversas empresas do grupo, com o objetivo de modernizar sua operação, agilizar o processo decisório e melhorar o acompanhamento dos negócios atualmente desenvolvidos. Em maio de 2009 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial seletiva da Companhia com versão de parte de seu patrimônio líquido à Soares Penido Concessões S/A, apurado na data-base 30 de abril de 2009, resultando na transferência de 12,75% das ações ordinárias mantidas no Bloco de Controle da CCR S.A. A operação de cisão parcial da Serveng implicou na redução de seu capital social no montante de R$ 296.494, cujo acervo patrimonial contábil cindido foi vertido à Soares Penido Concessões S/A.

3. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário. **3.1. Base de preparação:** ***a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC:*** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2011. ***b. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, aeronaves, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, e o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas. ***c. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. ***d. Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas. ***e. Base de Transição das práticas contábeis para o CPC:*** Com o advento da Lei 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis foram expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Até 31 de dezembro de 2009 a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovadas por resoluções do CFC até 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil vigentes neste ano. Esses novos pronunciamentos foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. **Demonstrações financeiras consolidadas e individuais:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPC pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil e as novas práticas aplicando os novos pronunciamentos contábeis (CPC), incluindo a reconciliação do patrimônio líquido e lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, estão mencionados na Nota 5. **3.2. Descrição das principais práticas contábeis:** ***a. Instrumentos financeiros:*** **• Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis. **• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **• Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável. **• Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **• Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2010 e 2009. ***b. Caixa e equivalentes de caixa:*** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. ***c. Contas a receber de clientes:*** As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. ***d. Estoques:*** Os estoques de matéria-prima e materiais auxiliares são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização. ***e. Imóveis a comercializar:*** Representado substancialmente por terrenos mantidos para futuras incorporações imobiliárias, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de despesas necessárias à sua legalização, estando demonstrado como ativo não-circulante em função da expectativa de prazo de lançamento ultrapassar o período de doze meses da data do balanço. ***f. Participações em consórcios:*** Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no resultado de acordo com o percentual de participação mantido pela Companhia em cada consórcio, tendo como contrapartida uma conta específica no balanço patrimonial, deduzido de provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido pela Companhia em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante. ***g. Depósitos judiciais:*** Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais. ***h. Investimentos:*** Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Também são avaliados por equivalência patrimonial os investimentos em Sociedade em Conta de Participação. Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. ***i. Propriedade para investimentos:*** São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia passa a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado, que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são alocados na demonstração do resultado no exercício que forem identificados. ***j. Imobilizado:*** Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. Na adoção inicial das novas normas contábeis, a Companhia optou por aplicar um novo custo atribuído as classes do ativo imobilizado "Terrenos", "Edificações" e "Aeronaves", trazendo estes ativos aos valores de mercado na data-base 1º de janeiro de 2009. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como "Outras Receitas Operacionais" na demonstração do resultado. ***k. Intangível:*** Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicio de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados. Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão. Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas. ***l. Redução ao valor recuperável:*** O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor. ***m. Contas a pagar a fornecedores:*** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. ***n. Empréstimos e financiamentos:*** Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subseqüentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de dozes meses a contar da data de encerramento do balanço. ***o. Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. ***p. Compromissos relativos a concessão:*** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida em um nível específico de operação ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada contratualmente antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação na data do balanço. Considera-se uma obrigação incluída no escopo da provisão somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas na medida em que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

continua …

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por AR Imprensa Oficial, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(em branco), OU=(em branco), OU=(em branco), CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

… continuação

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia – CNPJ/MF nº 48.540.421/0001-31

Os valores devidos ao Poder Concedente decorrentes da taxa de fiscalização de concessão são reconhecidos no resultado em função das contraprestações devidas mensalmente. ***q. Imposto de renda e contribuição social:*** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante. A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. ***r. Outros passivos circulantes e não circulantes:*** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. ***s. Capital social, reservas e dividendos:*** O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela Assembleia geral de acionistas. ***t. Reconhecimento da receita:*** **• Receita de vendas:** A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subseqüentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas. A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes. A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias. A receita de pedágio é reconhecida quando da utilização por usuários das rodovias e ponte administradas. Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização. **• Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

4. Demonstrações financeiras consolidadas – As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

Empresas	Tipo de controle	Participação 2010	Participação 2009
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral	100,00%	100,00%
Dragaport Engenharia Ltda.	Integral	100,00%	100,00%
União dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral	100,00%	–
Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A.	Integral	100,00%	–
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado	18,74%	18,74%
CCR S.A. (a)	Compartilhado	–	3,42%

(a) A partir de 1º de janeiro de 2010 a Companhia deixou de consolidar as demonstrações financeiras da CCR S.A., empresa de capital aberto com ações negociadas na BM&FBovespa, em função da reorganização societária que culminou na saída da Companhia no Bloco de Controle da CCR S.A. Desta forma, a partir de 2010 a Companhia passou a avaliar este investimento pelo valor justo baseado na cotação da ação negociada no BM&FBovespa. Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes. ***Descrição dos principais procedimentos de consolidação:*** **a.** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; **b.** Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado; **c.** Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; **d.** A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela Controladora, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora; **e.** Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial. Também foram consolidados as participações da Companhia em sociedades em conta de participação.

5. Conciliação do patrimônio líquido e lucro líquido em 31 de dezembro de 2009

	Patrimônio Líquido	Lucro do exercício
Saldo apresentado conforme práticas contábeis anteriormente vigentes atribuível aos acionistas controladores	785.040	140.096
Contabilização do custo atribuído	480.086	–
Revisão das vidas úteis de depreciação e exaustão	35.235	(2.230)
Valor justo de propriedades para investimentos	1.737	280
Efeito líquido de ajustes de adaptação em controladas	(51.503)	(37.318)
Efeito de imposto de renda e contribuição diferidos e outros	(164.416)	797
Saldo apresentado conforme novas práticas contábeis	1.086.179	101.625

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Caixa e bancos	35.573	31.132	18.470	16.187
Aplicações financeiras diversas	106.410	134.763	105.974	49.832
	141.983	165.895	124.444	66.019

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do CDI, contratadas em condições e taxas normais de mercado.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Terceiros				
Valores faturados	94.050	136.951	58.984	58.507
Medições a faturar	54.466	32.694	48.530	32.157
Ajuste a valor presente	(895)	(1.420)	(895)	(1.420)
Provisão p/ devedores duvidosos	(8.417)	(20.927)	(8.151)	(19.998)
	139.204	147.298	98.468	69.246
Partes relacion. (Nota Explic. 18)				
Valores faturados	181	–	32.437	56.238
Medições a faturar	–	–	–	555
	181	–	32.437	56.793
	139.385	147.298	130.905	126.039

8. Participações em consórcios

	Controladora 2010	Controladora 2009
Jacu Pêssego Lote I	8.463	6.000
Transposição do Rio São Francisco Lote I e II	5.451	1.238
CPTM – Estações – Linha7 Rubi	4.310	(12)
CPTM – Linhas A - F	3.586	26
DNIT Duplicação BR 101	1.127	(59)
EMAP Dragagem	1.545	(2.495)
EPTG – Viário Lotes I e II	1.703	(3.820)
Autoban Complexo Anhanguera	661	705
SAAE ETE Bonsucesso	(839)	(608)
SAAE ETE Guarulhos	(613)	(1.125)
Petrobrás Premium	(3.080)	–
Dersa Rodoanel Lote 4 Sul	(5.588)	8.294
SEP Porto de Itajaí Emergência	(4.651)	(1.328)
Novacap Metro Brasília	(1.126)	(1.729)
Outros consórcios	4.129	4.278
	15.078	9.365
Provisão para perdas com encerramento de consórcios	(4.249)	(4.388)
	10.829	4.977

9. Estoques

	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Produtos acabados	3.653	2.922	3.653	2.922
Matéria-prima	421	304	421	304
Outros estoques para consumo e manutenção	8.834	6.448	7.097	4.172
Provisão para desvalorização	(850)	–	(850)	–
	12.058	9.674	10.321	7.398

10. Precatórios a receber

	Controladora e Consolidado 2010	Controladora e Consolidado 2009
Valor bruto		
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a)	410.232	383.756
DER/SP (b)	19.246	35.635
Outros (c)	43.324	29.985
Subtotal	472.802	449.376
Circulante	–	(45.879)
Não circulante	472.802	403.497

Emenda Constitucional 62/09: Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado. As principais novidades inseridas na EC 62 foram: (i) Regime Especial opcional aos Estados, Distrito Federal e Municípios a fim de quitarem seus precatórios já vencidos, no prazo de até 15 anos; (ii) Compensação de ofício que antecederá o pagamento dos precatórios aos credores, visando à quitação de eventuais débitos perante a Fazenda devedora; (iii) Faculta ao credor a utilização de créditos de precatório para a aquisição de imóvel público da respectiva Fazenda devedora, nos termos de legislação específica a ser editada pelo mesmo Ente Federativo; (iv) Possibilidade de cessão do precatório, independentemente da anuência da Fazenda, ressalvando que tal procedimento somente produzirá efeitos a partir de sua comunicação ao Tribunal e à entidade devedora, convalidando, ainda, todas as cessões já realizadas antes de sua promulgação; (v) Possibilidade de a Fazenda Pública devedora coordenar leilões dos precatórios. De acordo com a Emenda, devedores da Fazenda poderão adquirir precatórios judiciais em leilões realizados através de sistema eletrônico por entidade autorizada pela CVM ou pelo Banco Central, para quitarem seus débitos com deságio; (vi) Atualização dos valores pendentes pelo índice que corrige a caderneta de poupança (juros + TR). Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela Companhia (ver itens *a* e *b*), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciários da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito. Vale ressaltar, que há em andamento duas Ações Diretas de Inconstitucionalidades com Pedido de Liminar (ADI 4357 e ADI 4372), ajuizadas pelo Conselho Federal da OAB e outras associações, ambas em trâmite pelo Supremo Tribunal Federal – STF, que visam declarar a inconstitucionalidade da nova sistemática de pagamento dos precatórios estaduais e municipais trazida pela EC 62/09. ***Composição dos Precatórios a Receber:*** a. O precatório a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), cedido pela Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. e representado pelo Ofício Requisitório nº 356/NER/83, Ordem Cronológica 410/97, refere-se à desapropriação de terras situada na Serra do Mar, e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança. No decorrer de 2005 a SEFAZ-SP ingressou com um pedido de Ação Rescisória perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando rediscutir o valor da indenização, pedido esse aguardando julgamento pelo STJ. O Governo do Estado de São Paulo, ante ao empenho da empresa para receber o valor do precatório, obteve o deferimento de medida liminar na Ação Rescisória para suspender o pagamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornando ineficaz o Pedido de Seqüestro proposto pela empresa. Por força da EC 62/2009 a atualização dos valores pendentes de pagamento serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR). Os assessores jurídicos entendem serem boas as chances de a Companhia receber o valor do Precatório. b.O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da Companhia em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, estando pendente do recebimento em 31 de dezembro de 2010 a última parcela devida. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança. c.Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Jacareí, Cotia, Guarulhos e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança. Em função da publicação da EC 62/09, bem como a adoção do Regime Especial do Governo do Estado de São Paulo, a indefinição das ações de seqüestro movidas pela Companhia em relação ao precatório a receber do SEFAZ-SP, e a demora na definição dos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva da constitucionalidade ou não da EC 62/09.

11. Ativo e passivo fiscal diferidos

	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Ativo				
Imposto de renda diferido:				
Diferenças temporárias	10.784	20.214	10.784	11.111
Prejuízos fiscais	–	1.787	–	–
	10.784	22.001	10.784	11.111
Contribuição social diferida:				
Diferenças temporárias	3.882	7.276	3.882	3.999
Base negativa	–	645	–	–
	3.882	7.921	3.882	3.999
Total diferido ativo	14.666	29.922	14.666	15.110
Passivo				
Imposto de renda diferido:				
Valor justo de investim. e outros ajustes de adaptação ao CPC	264.061	120.101	264.061	120.101
Exclusões temporárias de órgãos públicos	7.195	6.519	7.195	6.519
Outras exclusões (atualizações monetárias)	12.440	93.752	12.440	80.051
	283.696	220.372	283.696	206.671
Contribuição social diferida:				
Valor justo de investim. e outros ajustes de adaptação ao CPC	95.062	43.236	95.062	43.236
Exclusões temporárias de órgãos públicos	2.590	2.346	2.590	2.346
Outras exclusões	4.478	33.750	4.478	28.818
	102.130	79.332	102.130	74.400
Total diferido passivo	385.826	299.704	385.826	281.071
Demonstração de resultado				
Corrente:				
Imposto de renda	(27.314)	(33.024)	(26.813)	(11.127)
Contribuição social	(10.054)	(11.887)	(9.866)	(4.004)
	(37.368)	(44.911)	(36.679)	(15.131)
Diferido:				
Imposto de renda	(77.554)	(9.732)	(77.351)	(11.095)
Contribuição social	(27.920)	(3.528)	(27.847)	(4.018)
	(105.474)	(13.260)	(105.198)	(15.113)

As apurações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido foram realizadas de acordo com o Regime Tributário de Transição (RTT), que permite a pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis das novas práticas contábeis por meio de registros no livro de apuração do lucro real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem produzir modificações na escrituração contábil.

12. Pagamentos antecipados relacionados a concessão – Refere-se a apropriação dos pagamentos de outorgas efetuado pelas subsidiárias da CCR S.A. aos Poderes Concedentes, que deixaram de ser consolidados pela Companhia a partir de 2010 em função da redução na participação acionária mantida até então na CCR S.A.

13. Investimentos

	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Investimentos mensurados ao valor justo	708.397	–	708.397	–
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	–	–	13.762	123.922
Participações em sociedades por conta de participação	–	–	15.023	14.044
Outros investimentos, líquidos de provisão para perdas	7.250	34	7.250	34
Subtotal	715.647	34	744.432	138.000
Lucro não realizado com Controladas	–	–	(35.451)	(36.652)
Total	715.647	34	708.981	101.348

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2010. Basicamente nesta rubrica está registrado o valor justo de 15.100.000 ações ordinárias mantidas pela Companhia na CCR S.A. As informações da Controladora sobre as participações societárias e sociedades em conta de participação avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

Descrição	Capital social	Lucro (prejuízo) ajustado	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Investimento 2010	Investimento 2009	Equivalência 2010	Equivalência 2009
Corumbá Concessões S.A.	375.452	(11.604)	225.673	18,74%	42.290	45.020	(2.174)	(773)
Dragaport Engenharia Ltda.	15.400	(237)	6.659	100,00%	6.559	6.800	(237)	497
Santa Cruz Rodovias S.A.	26.710	5.141	(35.089)	100,00%	(35.089)	(43.231)	5.141	7.498
CCR S/A (a)	–	–	–	3,42%	–	115.333	–	45.702
União dos Ventos Ger. Eólica S.A	1	–	1	100,00%	1	–	–	–
Ventos Potiguares Ger. de Energia S/A	1	–	1	100,00%	1	–	–	–
Participações em controladas					13.762	123.922	2.730	52.924
Sociedades em conta de participação (b)		–	–	–	15.023	14.044	979	213
Total avaliado por equivalência patrimonial					28.785	137.966	3.709	53.137

(a) A partir de 1º de janeiro de 2010 a Companhia deixou de mensurar o investimento societário na CCR S.A. pela equivalência patrimonial, em função da reorganização societária que culminou na saída da Companhia no Bloco de Controle da CCR S.A. O saldo mantido na rubrica "Investimentos Mensurados por Equivalência Patrimonial" foi transferido à rubrica "Investimentos Mensurados ao Valor Justo"; e (b) A Companhia é sócia participante de algumas sociedades em conta de participação que atuam no segmento de incorporação imobiliária, construção e venda de unidades residenciais.

14. Propriedade para investimentos

	Controladora e Consolidado 2010	Controladora e Consolidado 2009
Ativos em operação	7.559	3.161
Projetos em andamento	7.725	–
	15.284	3.161

Ativos em operação referem-se a propriedades comerciais mantidas para renda com aluguéis, localizadas em São José dos Campos, estando mensuradas pelo método do valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia. A mensuração e o ajuste para valor justo são realizados anualmente na data de fechamento de balanço no final do exercício social. Projetos em andamento estão mensurados ao custo com terreno e custos de construção incorridos no desenvolvimento do Serramar Parque Shopping, localizado no Município de Caraguatatuba, com previsão de conclusão da obra prevista para novembro de 2011.

15. Imobilizado

Consolidado:	Taxa de deprec. (a.a.%)	Custo	Deprec. acumul.	2010 Saldo residual	2009 Saldo residual
Terrenos	–	510.514	–	510.514	510.474
Edifícios, construções e praças de pedágio	2,8	49.043	(11.277)	37.766	39.401
Reserv., barrag. e adutoras	2	51.242	(4.873)	46.369	47.339
Máquinas e equipamentos	4 a 25	137.902	(52.423)	85.479	59.442
Veículos e embarcações	10 a 25	65.588	(49.123)	16.465	22.341
Aeronaves	14	6.976	(1.993)	4.983	5.979
Equiptos de informática	20	5.603	(3.806)	1.797	538
Móveis e utensílios	10	1.525	(955)	570	1.689
Obras em andam. e outros	–	15.986	(24)	15.962	21.435
Total		844.379	(124.474)	719.905	708.638

	Taxa de deprec. (a.a.%)	Custo	Deprec. acumul.	Controladora 2010 Saldo residual	Controladora 2009 Saldo residual
Terrenos	–	493.470	–	493.470	493.470
Edifícios e construções	2,8	49.043	(11.277)	37.766	39.401
Máquinas e equipamentos	10	104.573	(46.446)	58.127	28.906
Veículos	20	65.328	(48.960)	16.368	22.275
Aeronaves	14	6.976	(1.993)	4.983	5.979
Móveis, utensílios e outros	10	1.423	(898)	525	501
Equiptos de informática	20	4.676	(3.132)	1.544	1.585
Obras em andam. e outros	–	15.276	–	15.276	9.101
Total		740.765	(112.706)	628.059	601.218

continua …

Imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por AR Imprensa Oficial, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(em branco), OU=(em branco), OU=(em branco), CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

… continuação

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia – CNPJ/MF nº 48.540.421/0001-31

Movimentação do ativo imobilizado – Controladora

	2009 Custo	Adições	Baixas	2010 Custo
Terrenos	493.470	–	–	493.470
Edifícios e construções	49.146	35	(138)	49.043
Máquinas e equipamentos	71.177	38.519	(5.123)	104.573
Veículos	65.592	2.700	(2.964)	65.328
Aeronaves	6.976	–	–	6.976
Móveis, utensílios e outros	1.298	153	(28)	1.423
Equipamentos de informática	4.319	581	(224)	4.676
Obras em andamento e outros	9.101	6.175	–	15.276
Total do custo	701.079	48.163	(8.477)	740.765
Depreciação acumulada	(99.861)	(21.069)	8.224	(112.706)
Valor residual do ativo imobiliz.	601.218	27.094	(253)	628.059

A Companhia optou, com base em relatório emitido por empresa especializada e/ou avaliação interna, pela adoção do custo atribuído para as classes contábeis Terrenos, Edifícios e Construções e Aeronaves, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Essa alteração aumentou o valor do ativo imobilizado em R$ 480.086, e a contrapartida desse aumento foi efetuada a crédito da rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no montante de R$ 316.857 e a crédito da rubrica "Passivo Fiscal Diferido" no montante de R$ 163.229.

16. Intangível

Consolidado:	Taxa de amortiz. (a.a.%)	Custo	Amortiz. e exaustão acumul.	2010 Saldo residual	2009 Saldo residual
Ágio pago na aquisição de investimentos	(a)	4.527	–	4.527	40.024
Direitos de lavra	(b)	28.355	(2.729)	25.626	25.694
Obras de melhorias	–	13.695	(7.518)	6.177	3.920
Direito de uso do bem público	–	14.483	(10.457)	4.026	155.448
Direitos contratuais de comercialização	(c)	1.999	–	1.999	–
Licença de instalação	(c)	3.386	–	3.386	–
Softwares	20	10.801	(8.575)	2.226	2.536
Outros	–	164	–	164	25
Total Consolidado		77.410	(29.279)	48.131	227.647
Controladora:					
Ágio pago na aquisição de investimentos	(a)	4.527	–	4.527	21.020
Direitos de lavra	(b)	28.355	(2.729)	25.626	25.694
Direitos contratuais de comercialização	(c)	1.999	–	1.999	–
Licença de instalação	(c)	3.386	–	3.386	–
Softwares	20	9.846	(7.641)	2.205	1.793
Outros	–	25	–	25	25
Total Controladora		48.138	(10.370)	37.768	48.532

(a) Do saldo de R$ 21.020 em 2009, o montante de R$ 20.679 estava relacionado com ágio pago na aquisição de ações da CCR S.A. Em 2010 este saldo foi transferido e incorporado para a rubrica "Investimentos mensurados ao valor justo", conforme mencionado na Nota 13; (b) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração; e (c) Direitos contratuais e licenças de instalação serão amortizados a partir de 2013, ano que está previsto o início da operação comercial das empresas de produção de energia eólica.

17. Debêntures, financiamentos e outros

	Item	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
BNDES (TJLP – 5% a.a. e cesta de moedas – 5% a.a.)	1	41.672	44.246	–	–
Banco do Brasil(TJLP – 5% a.a. e cesta de moedas – 5% a.a.)	1	5.459	5.820	–	–
Financiamento de equipamentos (FINAME PSI 2)	2	19.244	–	19.244	–
Outros financiamentos	3	–	172.228	–	–
Total		66.375	222.294	19.244	–
Circulante		(11.569)	(36.201)	(4.791)	–
Não circulante		54.806	186.093	14.453	–

(1) Os empréstimos com o BNDES, captados pela Corumbá Concessões S.A., estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, ações da Corumbá Concessões S.A., pelo contrato de vendas de energia elétrica com a Companhia Energética de Brasília – CEB e aval de acionistas da Companhia; (2) FINAME PSI 2 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos no montante de R$ 22.421 e aval de acionistas da Companhia; (3) Outros financiamentos em 2009 eram resultantes da participação da Companhia no saldo de empréstimos e financiamentos tomados pela ex-controlada CCR S.A., que deixou de ser consolidado a partir de 2010 em função de a Companhia ter deixado o Bloco de Controle da CCR S.A. devido à redução permanente na participação acionária nessa empresa. As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado	Controladora
2012	11.388	4.754
2013	11.388	4.754
2014	11.388	4.754
2015	6.825	191
2016 em diante	13.817	–
Total	54.806	14.453

18. Partes relacionadas – Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado, exceto nas operações de mútuo e cessões de créditos que não estão sujeitas a encargos financeiros. **Controladora**: A controladora direta da Companhia é a Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

Saldos	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes:				
Santa Cruz Rodovias S.A.	–	–	24.032	30.697
Corumbá Concessões S.A.	–	–	8.224	21.583
Empr. de Ônibus Pássaro Marron Ltda.	165	–	165	–
Conc. Sist. Anhangüera-Bandeirantes S.A.	–	–	–	2.498
Conc. Rodovia Presidente Dutra S.A.	–	–	–	2.015
Soares Penido Particip. e Empreend. S.A.	16	–	16	–
	181	–	32.437	56.793
Outras contas a receber:				
Acionistas da Controladora	1.000	1.000	1.000	1.000
Centro de Gestão de Meios de Pag. S.A	–	3.310	–	–
Dividendos a receber – CCR	–	–	–	3.473
Divid. a rec. – Corumbá Concessões S.A.	–	–	–	101
Outras empr. control. ou colig. da CCR	–	5	–	–
	1.000	4.315	1.000	4.574
Ativo não circulante (mútuos e outros):				
Corumbá Concessões S.A. (AFAC)	–	–	38.195	38.195
Soares Penido Particip. e Empreend. S.A.	9.482	12.522	9.482	12.522
Santa Cruz Rodovias S.A. (AFAC)	–	–	–	3.000
	9.482	12.522	47.677	53.717
Passivo não circul. (mútuos e outros):				
Dragaport Engenharia Ltda.	–	–	5.000	–
Litorânea Transportes Coletivos Ltda.	–	5.300	–	5.300
	–	5.300	5.000	5.300
Transações				
Vendas de bens e serviços:				
Santa Cruz Rodovias S.A.	–	–	14.906	15.831
Conc. do Sist. Anhanguera-Bandeirant. S.A.	–	–	–	53.756
Conc. da Rodovia Presidente Dutra S.A.	–	–	–	20.585
	–	–	14.906	90.172

Remuneração da Administração e da diretoria: Durante o exercício de 2010, os Administradores da Companhia perceberam remuneração a título de honorários, no montante de R$ 8.002 (R$ 4.491 em 2009), sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

19. Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Obrigações fiscais:				
Tributos parcelados (a)	24.052	25.344	23.497	25.344
COFINS	4.664	8.828	4.531	8.711
ISS	1.823	1.371	1.579	1.175
PIS	781	1.797	754	1.772
ICMS	593	651	593	651
Obrigações previdenciárias	7.172	4.717	6.913	4.528
Outros	5.195	11.883	2.398	532
Total	44.280	54.591	40.265	42.713
Circulante	(23.310)	(32.227)	(20.036)	(21.015)
Não circulante	20.970	22.364	20.229	21.698

(a) Na Controladora, o saldo de R$ 23.497 relativos aos tributos parcelados estão formados pelo montante de R$ 20.210 relativo aos débitos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e o montante de R$ 3.287 relativos à débitos parcelados de ICMS e ISS. A Companhia formalizou em 27 de novembro de 2009 sua opção ao Programa de Recuperação Fiscal (Lei 11.941/09) para a quitação de impostos e contribuições sociais administrada no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, atendendo todos os requisitos da referida Lei. O parcelamento solicitado pela Companhia foi deferido e encontra-se em processo de consolidação de débitos. O prazo de pagamento dos tributos inseridos neste programa de parcelamento estará situado entre 60 e 100 parcelas mensais, sujeitas à atualização pela variação mensal da SELIC mais juros de 1% devido no mês de pagamento de cada parcela. Em outubro 2007 a Companhia obteve o deferimento no pedido de parcelamento de ICMS (PPI SEFAZ-SP) para ser pago em 60 parcelas mensais. O saldo parcelado em aberto na data do balanço totaliza R$ 1.239, atualizada mensalmente pela variação da Taxa SELIC. Em agosto de 2009 a Companhia obteve o deferimento no pedido de parcelamento de ISS da Prefeitura de São Sebastião para ser pago em 100 parcelas mensais. O saldo parcelado em aberto na data do balanço totaliza R$ 2.048, atualizado mensalmente pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo.

20. Provisão para contingências – A Companhia, suas controladas e empresas controladas proporcionalmente com outros acionistas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

	Consolidado Provisão	Depósito Judicial	2010 Saldo líquido	2009 Saldo líquido
Processos tributários	7.863	(332)	7.531	1.057
Processos cíveis	4.206	(2.871)	1.335	8.206
Processos trabalhistas	4.942	(1.145)	3.797	5.025
Total	17.011	(4.348)	12.663	14.288

	Controladora Provisão	Depósito Judicial	2010 Saldo líquido	2009 Saldo líquido
Processos tributários	7.863	(332)	7.531	1.057
Processos cíveis	2.577	(2.085)	492	6.048
Processos trabalhistas	4.836	(1.082)	3.754	4.959
Total	15.276	(3.499)	11.777	12.064

A Companhia e as empresas com controle integral possuem outras contingências passivas envolvendo o montante aproximado de R$ 50.100 (R$ 41.431 em 31 de dezembro de 2009), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

21. Outros passivos

	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Compromisso com opção de recompra de ações	26.573	23.739	–	–
Honorários advocatícios	19.972	20.037	19.972	20.037
Obrig. assum. p/consórcios	7.796	24.800	–	–
Outros	5.043	10.788	–	1
	59.384	79.364	19.972	20.038

22. Patrimônio líquido – ***a. Capital social:*** Em 31 de dezembro de 2010 o capital social da Companhia era de R$ 600.000 (R$ 400.110 em 2009), representado por 31.182.516 mil (25.225.442 mil em 2009) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O controlador da Companhia é a Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.. ***b. Reserva de lucros – • Reserva legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. ***• Reserva de retenção de lucros:*** A Administração da Companhia está propondo, *ad referendum* na Assembleia Geral Ordinária, a transferência do saldo remanescente do lucro líquido ajustado para a rubrica Reserva de Retenção de Lucros, como segue:

Descrição	2010
Lucro líquido do exercício	586.698
(-) Constituição da reserva legal	(28.076)
(-) Outros valores registrados em lucros acumulados	(25.181)
Lucro líquido a transferir para reserva de retenção de lucros	533.441

c. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas. Em 31 de dezembro de 2010 foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária o pagamento de dividendos de R$ 8.661, os quais foram registrados contabilmente na conta de reserva de retenção de lucros. ***d. Ajuste de avaliação patrimonial:*** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

23. Gerenciamento de riscos – As operações da Companhia e suas controladas diretas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco: **(i) Risco de Taxa de Juros** – Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de aumento significativo nas taxas de juros, que reduziria as receitas financeiras sobre determinadas operações contratadas na data do balanço, como por exemplo, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e precatórios a receber; **(ii) Risco de Crédito –** O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes, incluindo valores faturados e serviços a faturar. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, bem como a interrupção do fornecimento de serviços e produtos caso ocorra atrasos na quitação de faturas de seus clientes.

24. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Despesas com pessoal e encargos sociais	57.231	45.349	55.413	43.846
Serviços de terceiros	39.374	11.711	38.436	11.225
Doações e outros	13.947	230	13.947	230
Depreciação e amortização	4.899	3.941	4.899	3.939
Despesas tributárias	1.353	5.661	1.299	5.487
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(8.721)	(1.044)	(8.721)	(1.044)
Outros	25.506	32.200	24.239	18.621
	133.589	98.048	129.512	82.304

25. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Consolidado 2010	Consolidado 2009	Controladora 2010	Controladora 2009
Ganho na mensuração de ativos ao valor justo	576.812	270	576.812	270
Dividendos recebidos	25.670	–	25.670	–
Lucro na alienação de ativo imobilizado	5.135	1.199	5.114	1.199
Receita de aluguéis	756	2.628	756	2.628
Variação na participação acionária em controladas	–	(1.813)	–	(1.813)
Reversão p/ perdas com ativos	–	17.469	–	17.469
Constituição de provisão para contingências	(3.190)	(2.365)	(3.190)	(2.365)
Indenizações trabalhistas	(2.526)	(3.052)	(2.526)	(3.052)
Outras despesas operacionais	(9.666)	(11.975)	(9.032)	(7.819)
	592.991	2.361	593.604	6.517

26. Avais, fianças, garantias e cobertura de seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos de engenharia das obras em execução e para determinados bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foi definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía seguro-garantia, fianças e coberturas de seguros no total de R$ 383.656, abrangendo, R$ 50.882 para risco de engenharia, R$ 329.323 para seguro garantia, R$ 3.170 para seguro/carta fiança e R$ 281 para outros. Em 31 de dezembro de 2010 a controlada Santa Cruz Rodovias S.A. possui compromissos vinculados às concessões rodoviárias a serem cumpridos com o Poder Concedente no montante de R$ 35.555 (R$ 50.808 em 2009) relativo à obrigação de recuperar, manter e conservar os trechos concedidos à Santa Cruz Rodovias S.A., obedecendo ao cronograma previamente estabelecido, a serem realizados até o final do prazo da concessão.

A Diretoria

Contador
José Carlos Costa Mendonça *– CRC 1SP 200.146/O-4*

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo novas regras relativas ao pagamento de precatórios estaduais e municipais que está, atualmente, em tramite no Superior Tribunal Federal – STF para julgar sobre a constitucionalidade da forma do pagamento. A Companhia possui precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ no montante de R$ 410.232 mil, para o qual existe uma ação de sequestro de verbas públicas perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo visando a realização deste montante. A realização financeira desses precatórios depende do julgamento favorável quanto a constitucionalidade da referida Emenda Constitucional ou do sucesso da ação movida pelos assessores jurídicos da Companhia e a tempestividade do pagamento pelo Estado de São Paulo.

São Paulo, 25 de abril de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador
CRC 1SP 160482/O-6

Acesso gratuito ao *Diário Oficial* desde sua primeira edição.

www.imprensaoficial.com.br

10 anos Imprensaoficial

Imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo — CASA CIVIL — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — documento assinado digitalmente

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por AR Imprensa Oficial, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(em branco), OU=(em branco), OU=(em branco), CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br